

Dois Dedos de SEA

Nº75 - Recife/PE - Março/2014

propoe uma Reforma Agraria

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completa 30 anos e a luta pelo acesso a terra continua sendo uma de suas principais bandeiras. Confira entrevista com João Pedri Stedile, da direção nacional do MST, sobre os entraves e as conquistas do Movimento.

Páginas 4 e 5

Estiagem continua em 2014

Página 2

Comunicação é um direito

Página 6

Assentamentos em Sertânia utilizam o modelo agroecológico de produção

Página 7

Juventude Rural participa de Congresso em Recife/PE

Página 8

Co-financiamento:



Ano de grande expectativa para a

Agricultura Familiar

ano de 2014 chega com a expectativa de ser um ano de muita mobilização popular. As eleições, a copa do mundo no Brasil, a campanha para uma constituinte exclusiva para a reforma política, o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) mobilizam os movimentos sociais e trazem à tona questiona-mentos sobre o modelo de desenvolvimento imposto no país e as consequências nefastas para a vida de toda sociedade.

Neste primeiro Dois Dedos de Prosa do ano, o Centro Sabiá levanta questões para uma reflexão sobre esse modelo e de como a agroecologia pode contribuir para a melhoria da vida das pessoas no campo e nas cidades. Para isso, precisamos ampliar o diálogo com a população, demonstrando que uma agricultura de base agroecológica, diferente dos monocultivos do agronegócio, é quem pode garantir a segurança e soberania alimentar do país.

Uma produção de alimentos saudáveis, diversificados, livres de agrotóxicos e transgênicos, ao mesmo tempo em que preserva a biodiversidade e o meio ambiente.

A agroecologia também quebra com o modelo patriarcal que ainda estabelece as relações de poder entre homens e mulheres, fortalece a autonomia política e econômica das agricultoras e constrói as bases para um novo modelo de sociedade, mais plural, democrática e inclusiva.

Boa leitura!

A chuva veio, mas não foi suficiente Estiagem continua em 2014

por Sara Brito

o ano de 2013 todas as mídias estampavam as perdas que a maior seca dos últimos 40 anos trouxe. Vidas foram perdidas, rios e açudes secaram, colheitas ficaram impraticáveis e vários municípios pernambucanos decretaram situação de emergência.

O último mês de 2013 apresentou uma ligeira melhora em relação aos índices pluviométricos (que medem a quantidade de chuvas em determinada região). Segundo dados da Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), as chuvas de dezembro ficaram 38% acima da média no Litoral, 63% acima da média no Agreste e 100% acima da média no Sertão.

Apesar desses dados, a previsão da APAC para os meses de fevereiro a abril de 2014 é de que as chuvas em Pernambuco permaneçam na média ou abaixo dela.

As últimas chuvas trouxeram o verde de volta à paisagem, mas não foram suficientes para encher novamente os reservatórios naturais e sustentar a produção; muitos carros-pipa ainda circulam pelos municípios.

O sentimento que fica é de incerteza, pois previsões meteorológicas de diferentes

fontes são contraditórias. Mas uma coisa é certa: as tecnologias de convivência certamente estão ajudando as pessoas a passarem por esse período. "Quem vem trabalhando com as ações de convivência com certeza está em situação muito melhor. As cisternas e os estoques de forragem, por exemplo, estão conseguindo sustentar as famílias que trabalham com elas", diz Carlos Magno, coordenador local do Centro Sabiá na região Agreste de Pernambuco =



Cisterna calçadão da agricultora Ivanilda Torres

Dois Dedos de Prosa é uma publicação do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Rua do Sossego, 355, Santo Amaro - Recife/PE - CEP: 50050-080. Fone/Fax: (81) 3223.7026/3323 | sabia@centrosabia.org.br | www.centrosabia.org.br. DIRETORIA: Presidente - Jones Severino Pereira. Vice presidente - Ivonete Lídia Vieira. Secretária -Joana Santos, Conselho Fiscal - Tone Cristiano e Sandra Rejane, COORDENAÇÃO: Coordenador Geral - Alexandre Henrique Bezerra Pires, Coordenadora Técnico Pedagógica - Maria Cristina Aureliano. Coordenadora Administrativo Financeira - Verônica Batista. EQUIPE DE TRABALHO: Alberto Barros, Antônio Bezerra Júnior, Darliton Lima, Demetrius Falcão, Edilene Barbosa, Ewerton França, Gleidson Amaral, Iran Severino da Conceição, Jacinta Gomes, Janaina Ferraz, Júlio Valério de Oliveira, Jullyana Lucena, Maria Edineide de Oliveira, Miriam Lima, Nicléia Nogueira, Pedro Eugênio, Raimundo Daldemberg, Roberto Nascimento, Rosana Paula da Silva, Wellington Gouveia, Victor Barbosa e Vilma Machado. PROJETOS ESPECIAIS: Ana Lúcia, Cláudio Pageú, Jackson Helder; Ayrton Soares (estagiário). COORDENAÇÕES LOCAIS: Agreste - Carlos Magno de Medeiros. Zona da Mata - Ana Santos da Cruz. Sertão - Rivaneide Almeida. PRODUÇÃO DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO: Laudenice Oliveira (DRT/PE-2654), Sara Brito (comunciadora), Priscila Xavier e Victória Ayres (estagiárias). NÚCLEO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSO: Davi Fantuzzi. O Trabalho do Centro Sabiá também recebe apoio das seguintes organizações: ActionAid, Misereor/KZE, terre des hommes schweiz, União Europeia, Caixa Econômica Federal - Fundo Socioambiental, Fundo Nacional sobre Mudanças no Clima (FNMC), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Petrobras, ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário, : Projeto Dom Helder Camara (PDHC) e Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC). PROJETO GRÁFICO: Alberto Saulo. DIAGRAMAÇÃO: Thiago Almeida. IMPRESSÃO: Gráfica Flamar. TIRAGEM: 5.000 (cinco mil) exemplares.



Marcha das Margaridas realizada em Brasília

Dia Internacional da Mulher

08 de março

A melhor ferramenta para garantia de direitos ainda é o conhecimento

por Sara Brito

límpia de Gouges foi a primeira a reclamar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, através do documento Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, ainda em 1791. Há 104 anos atrás, a alemã Clara Zetkin propôs, no II Congresso Internacional das Mulheres Socialistas, a criação de um Dia Internacional da Mulher. Desde então muita coisa mudou, as mulheres passaram a votar, lutaram e conseguiram seus direitos traba-Ihistas. Durante a década de 60, muitos temas ignorados pela sociedade, entraram no debate público, como sexualidade e corpo feminino.

No Brasil, somente em 1980 foram criadas as primeiras políticas públicas com recortes de gênero. A 1ª Conferência

Nacional de Políticas para as Mulheres aconteceu em 2004 e a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres foram um marco no primeiro mandato do governo Lula.

Apesar de todas as conquistas que as mulheres conseguiram, ainda precisa-se avançar muito para quebrar os preconceitos e garantir uma efetiva e real igualdade de direitos. "Ainda existe a visão de que as mulheres têm que ser motoristas de fogão. Ainda são encontradas as dificuldades do desrespeito, de pessoas chegarem para elas e dizer 'você não é capaz'", diz Maria Aparecida de Melo, mais conhecida como Mulica, vice-presidenta da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (FETAPE).

Mulher no [§] Movimento Sindical

Tem uma grande importância de as mulheres estarem inseridas na luta do movimento sindical. porque a partir daí vamos ter também nossos direitos garantidos.

> Maria Aparecida de Melo (Mulica, vice-presidenta da FETAPE)

O sindicato é historicamente um dos caminhos para organização da classe trabalhadora. É um espaço importante para a participação das mulheres. "Tem uma grande importância de as mulheres estarem inseridas na luta do movimento sindical, porque a partir daí vamos ter também nossos direitos garantidos", ressalta Mulica. Segundo pesquisa realizada pela própria Fetape, incluindo as três regiões do estado, as trabalhadoras rurais sindicalizadas somam 47% do total de homens e mulheres que participam dos sindicatos.

Mas numa sociedade como a brasileira. que tem as suas origens fincadas no patriarcalismo (todo o meio gira em torno da figura do homem, o pai), os direitos formais das mulheres à terra só foram conseguidos na reforma constitucional de 1988. Para Mulica, as dificuldades existem, mas podem ser vencidas com organização e informação. "O que podemos fazer para melhorar a situação, principalmente das mulheres, é trazer mais elas para a capacitação e para o cenário político, inserindo-as cada vez mais nas políticas públicas, para que se tornem ativas em suas próprias vidas", conclui ela =



Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra propõe uma Reforma Agrária Popular

É uma forma de garantir o direito à terra para todos os camponeses e camponesas pobres do Brasil

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completa 30 anos este ano. A luta pelo acesso a terra é uma das suas principais bandeiras. Para falar sobre reforma agrária no Brasil, as lutas e as conquistas do Movimento, o Dois Dedos de Prosa entrevistou João Pedro Stedile, da direção nacional do MST. Acompanhe a entrevista.

por Laudenice Oliveira

Dois Dedos de Prosa - Que avaliação o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) faz da política de Reforma Agrária do Brasil?

João Pedro Stedile - O Brasil nunca teve uma verdadeira reforma agrária. Nós temos apenas assentamentos, que são áreas conquistadas com muita luta pelos trabalhadores. E nos últimos anos, no governo Dilma, a situação piorou ainda mais, pois há uma ofensiva do grande capital nacional e internacional sobre os bens da natureza e sobre a produção agrícola. Hoje 85% de nossas terras são apenas para soja, milho, cana, eucalipto e pasto. Tudo para exportar. Estamos necessitando de uma nova política agrária e agrícola pro Brasil, que garanta o direito à terra a todos os camponeses pobres do país.

DDP - Como foi o ano de 2013 para o movimento de luta pela terra no país?

JPS - O ano de 2013 foi pior, pois o governo assentou umas 10 mil famílias em fazendas desapropriadas e continuou fazendo projetos de colonização na Amazônia Legal. Portanto, segue a reconcentração da propriedade da terra. No Nordeste, a presidenta havia prometido que priorizaria a distribuição dos perímetros irrigados para camponeses pobres e sem-terra. Nada disso aconteceu. Pior, descobrimos que há 80 mil lotes vagos nos projetos antigos. Há também retrocessos graves na política ambiental, como o novo código florestal e a paralisação da política de demarcação das terras indígenas e quilombolas.

DDP - O MST tem falado sobre a necessidade de um programa de reforma agrária popular para o Brasil. O que vem a ser isso?

JPS - No passado sempre que se falava em reforma agrária, o senso comum era identificar apenas como desapropriação de latifúndio e distribuição aos camponeses. Esse tipo de reforma agrária não tem mais vigência no Brasil. A burguesia, mesmo industrial, não tem nenhum interesse em reforma agrária, porque não precisa mais dos camponeses para acumular lucros e riquezas. Precisamos lutar por uma reforma agrária que represente a unidade de interesses dos camponeses e de todo povo que mora na cidade. Além de distribuir terra, a reforma agrária precisa priorizar a produção de alimentos saudáveis; adotar uma nova matriz de produção que é a agroecologia; democratizar o processo de beneficiar os alimentos e difundir agroindústrias cooperativas; combater o uso de agrotóxicos e difundir práticas de multiplicação de sementes e mudas entre os camponeses e a reprodução dos animais necessários; combinar reforma agrária com a democratização do conhecimento, através da garantia de acesso a escola dos camponeses, em todos os níveis. Essa é a essência de nosso programa de reforma agrária popular.

DDP - São 30 anos do MST. O que o senhor destaca como um grande legado do Movimento para o Brasil?

JPS - Poderia destacar que o principal aprendizado é compreender que a nossa força está no número de pessoas que conseguimos organizar. Que somente a luta de massas pode arrancar conquistas em uma sociedade controlada por uma minoria burguesa que controla o Estado, as leis e o governo. E que precisamos adotar sempre princípios organizativos da direção coletiva, da divisão das tarefas, do amor ao estudo e da disciplina para poder organizar um movimento social forte e construirmos cidadãos conscientes, com dignidade e conhecimento.

DDP - Qual a importância do 6º Congresso Nacional do MST para a organização do Movimento no país?

JPS - Os nossos congressos seguem uma metodologia particular, diferente do que



João Pedro Stedile

normalmente a esquerda e os movimentos sociais usam nos congressos. Faz dois anos que estamos debatendo as ideias e preparando nossas linhas políticas, estudando a realidade agrária e vendo o que temos que mudar. Desse processo resultou o Programa da Reforma Agrária Popular. O Congresso foi então apenas um evento, nacional, para celebrar a unidade e recarregar as baterias. O Congresso se reveste sempre de muita simbologia, muito ânimo e construção de uma unidade nacional, apesar das diferenças culturais.

DDP - O que esperar das eleições de 2014?

JPS - Esperamos que nossa base e nossa militância tenham consciência suficiente para votar sempre nos candidatos mais progressistas. O Brasil precisa mesmo é de uma reforma política, pois as eleições estão cada vez mais viciadas e dependentes das empresas financiadoras de campanha, que depois deixam os eleitos, de qualquer partido, seus reféns. Por isso o MST se somou a mais de cem movimentos e entidades para lutar por uma reforma política. E a única forma de fazê-la é convocando uma assembleia constituinte, que seja eleita de forma separada do congresso e de forma soberana =

A Reforma Agrária Popular apresentada pelo MST apresenta 13 pontos fundamentais, dentre eles:

- 1- Assegurar que a terra e os bens da natureza estejam a serviço de todo o povo;
- 2- Preservar os recursos naturais, combater o desmatamento e reflorestar as áreas desmatadas, zelando pelo meio ambiente;
- 3- Construir bases produtivas e institucionais para se obter a soberania energética, proporcionando que cada comunidade organize sua

produção com diferentes fontes de recursos;

- 4- Combater toda forma de discriminação social seja ela de gênero, idade, etnia, religiosa e sexual.
- 5- Lutar pelo direito a educação pública, de qualidade, em todos os níveis, bem como desenvolver sua cultura e identidade social.

Comunicação é um direito

A campanha "Para Expressar a Liberdade" é importante para a sociedade como um todo, o meio rural pode contribuir e ser beneficiado

por Victoria Ayres

oucos sabem, mas, no Brasil, tanto os canais de TV quanto as emissoras de rádio não são simplesmente bens privados cujos proprietários podem veicular o que acharem melhor. Comunicação é um bem público e, desde 1967, o Código Brasileiro de Telecomunicações é a única lei que regulamenta os meios de comunicação eletrônicos.

Porém, como foi elaborado há 52 anos, está muito defasado e já não supre as necessidades atuais. O direito de ter um canal de TV ou uma emissora de rádio é concedido pelo Estado por meio de outorgas, que podem ser renovadas a cada dez anos para rádio e quinze para TV, mediante fiscalização. Para que ela seja autorizada, a empresa ou grupo que detém temporariamente esse canal/emissora deve dar preferência aos programas com finalidade educativa, artística, informativa e cultural, sempre respeitando os direitos humanos, porém o que se vê hoje é uma fiscalização falha, o que leva muitos canais de TV e estações de rádio a não respeitarem as regras básicas de funcionamento.

Com o intuito de regulamentar a comunicação no Brasil foi lançada em 2012 a campanha "Para Expressar a Liberdade: Uma nova lei para um novo tempo", iniciativa de centenas de organizações da sociedade civil que lutam com o objetivo de se construir uma comunicação plural, democrática e igualitária. A Lei de Iniciativa Popular das Comunicações visa colocar em prática todas as recomendações que a Constituição Federal determina, mas não esclarece como devem ser executadas.



Coleta de assinaturas realizada em Recife/PE



Em Sintonia com a Natureza - PPrograma do Centro Sabiá que vai ao ar todos os domingos na Rádio Pajeú AM 1500, na cidade de Afogados da Ingazeira, Sertão do Pajeú de Pernambuco, a partir das 6h30. Quem não é da região, pode ouvir o programa pela internet:

www.radiopajeu.com.br

Programa Agricultura Familiar em Debate, todos os sábados das 7h às 8h da manhã, na Rádio Voluntários da Pátria AM, frequência 1080. Confira as edicões também no link de rádio pelo site: www.caatinga.org.br

que diz **a Lei**

Na Lei, será exigido que 33% dos canais sejam públicos. Isto é, tenham financiamento tanto do governo quanto da sociedade civil. A sociedade civil, no entanto, fica responsável pelo conteúdo da emissora ou canal.

Dos 33%, metade deve ser de canais comunitários. Essa medida, isoladamente, já irá garantir uma produção regional muito maior, na qual as pessoas poderão ver e ouvir realidades mais próximas das suas, podendo produzir seu próprio conteúdo. Outra medida significativa será a

proibição de políticos serem donos totais ou parciais de qualquer meio de comunicação, como emissoras de rádio.

Para que esse projeto de lei seja levado para o Congresso e votado, é necessário conseguir assinaturas de 10% da população brasileira. Embora a campanha tenha sido lançada em 2012, ainda não se coletou nem um terço do necessário =

Para conhecer mais a campanha e começar a coletar assinaturas também, acesse: paraexpressaraliberdade.org.br

Agroecologia é uma prática em assentamentos de reforma agrária

Sistemas Agroflorestais são utilizados nos assentamentos Capim e Queimada Nova, em Sertânia, Sertão de Pernambuco

por Gleidson Silvino

reivindicação por reforma agrária remete a uma discussão que vai além da questão da terra. Ela envolve desde a distribuição da terra, a infraestrutura, assistência técnica, acesso crédito, etc. Além de se repensar o modelo de produção atual utilizado na agricultura. Hoje, agroecologia vem ganhando espaço e contribuindo para mudanças no meio rural, onde a produção de alimentos se faz sem prejudicar o meio ambiente e garante a permanência do homem e da mulher no campo.

Há dez anos o Centro Sabiá vem trabalhando com três assentamentos de

reforma agrária no Sertão do Pajeú de Pernambuco, com o apoio do Projeto Dom Helder Câmara. Ao longo desses anos, percebe-se que as dificuldades que as famílias encontravam para produzir e se manter na terra que conquistou têm sido vencidas. Isto porque ao escolherem produzir utilizando os Sistemas Agroflorestais (SAFs), houve uma mudança na compreensão das famílias. Elas têm adquirido conhecimentos e práticas para conviverem com o ambiente onde estão morando e produzindo. Umas das práticas abandonadas pelas famílias são as queimadas.



Casal de agricultores Alzira de Lira Silva (Dona Mocinha) e Sr. Oliveira Cândido da Silva

Novas **práticas** nos assentamentos

Em Sertânia, no assentamento Capim, há 17 famílias, assessoradas pelo Centro Sabiá, que já observam uma evolução grande na sua terra. Essas famílias recebem capacitações diversas, sobre como lidar com a terra e os animais, entre outras. Como exemplo há a família de Josefa Maria do Nascimento Silva (Dona Neguinha) que trabalha com o consórcio agroecológico do algodão. Ela também é sócia da Associação Agroecológica do Pajeú (ASAP) e já recebeu reconhecimento por suas boas práticas na agricultura familiar.



Dona Neguinha foi homenageada na categoria "Agricultor Destaque 2013"

A maioria das famílias do assentamento Capim trabalha com os Sistemas Agroflorestais. Diversificam a produção e mantém a qualidade, aumentando a quantidade e a qualidade dos produtos da propriedade. Já no assentamento Queimada Nova, também em Sertânia, Seu Oliveira Candido cuida da sua parcela de 16 hectares. Nela, ele faz plantio de culturas anuais, de forrageiras e cria pequenos animais como galinhas, caprinos e ovinos. "Já planto algodão e tenho o desejo de plantar novamente com a estratégia de comercializar a pluma e alimentar os animais com os restos da cultura", diz Oliveira. O agricultor afirma que a agroecologia dá resultados positivos, ajudando na preservação e na convivência com a natureza =

Juventudeen PROSA



A gente vem aqui pra essa marcha (das juventudes) colocar nossas bandeiras de luta nas ruas e reafirmar nossa opção (do projeto popular).

22

Daniely Barbosa

Coordenação Nacional da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Natal-RN.

Deposite aqui sua solidariedade e confiança

O Centro Sabiá inicia campanha de doação junto à sociedade. Participe! Faça sua doação através de depósito bancário:

Caixa Econômica Federal

Banco Número: 104

Agência: 0923

Operação: 013

Conta Poupança: 17341-0

CNPJ: 41.228.651/0001-10

"Jovem da Roça também tem valor"

Este foi o grito mais ouvido durante o 3º Congresso da Juventude Camponesa, uma realização da Pastoral da Juventude Rural

Por Dilene Nicolau* Colaboração de Janaina Ferraz**



rerra, Pão e Dignidade - Na caminhada pela Terra Livre Brasil". Esse foi o mote do congresso que reuniu cerca de 2.000 jovens vindos de vários lugares do Brasil para refletir, debater e dar visibilidade às questões ligadas à juventude camponesa, que veio lutar por reforma agrária popular, na busca da Terra Livre; afirmar a vontade de cultivar a terra de maneira agroecológica, ter acesso a direitos fundamentais como saúde, educação do campo, informação e comunicação.

O evento ofereceu diversas atividades de formação, entre elas oficinas, místicas, feira agroecológica, ato político, elaboração e entrega de carta final aos gestores públicos sobre as pautas de luta das juventudes camponesas, entre outras. Dentre as temáticas abordadas, os jovens conversaram sobre a conjuntura da questão agrária no Brasil, cultura, acesso à credito, saúde no campo e políticas públicas para a juventude. No mesmo espaço foi realizado também o 4º Encontro Juventude e Agroecologia, que abordou o tema "Comunicação para Liberdade!", buscando fortalecer a atuação protagonista das juventudes. O evento foi realizado entre 14 e 19 de janeiro em Recife/PE =

*Dilene Nicolau é jovem multiplicadora da Agroecologia no Assentamento Conceição - Sirinhaém-PE

O Centro Sabiá nas redes sociais:











^{**}Janaina Ferraz - Assessora para Juventude do Centro Sabiá